

1. PRIMÓRDIOS DA HISTORIOGRAFIA DAS FILOSOFIAS PORTUGUESA E BRASILEIRA

António Braz Teixeira
Instituto de Filosofia Luso-Brasileira
iflbgeral@gmail.com
Data de recepção: 19/01/2018
Data de aprovação: 25/02/2018

Resumo:

Falaremos, no nosso texto, sobre as primeiras tentativas de traçar o percurso histórico da atividade filosófica em Portugal e no Brasil, começando por referir dois nomes: José Joaquim Lopes Praça e Sílvio Romero.

Palavras-Chave: Historiografia das filosofias portuguesa e brasileira, José Joaquim Lopes Praça e Sílvio Romero

1. Considerações iniciais

As primeiras tentativas de traçar o percurso histórico da atividade filosófica em Portugal e no Brasil datam de há um século e meio, havendo sido levadas a cabo por dois investigadores jovens, ambos juristas de formação: José Joaquim Lopes Praça (1844-1920) que, em 1868, com apenas 22 anos, deu à estampa a *História da Filosofia em Portugal nas suas relações com o movimento geral da Filosofia*¹, cobrindo o período decorrido desde o começo da monarquia até Silvestre Pinheiro Ferreira, produto da investigação que realizara, ainda como aluno das Faculdades de Teologia e de Direito; e Sílvio Romero (1851-1914) que, um decénio mais tarde, aos 25 anos, já formado em Direito, no Recife, sob o título *A Filosofia no Brasil*², ao longo de duas centenas de páginas, procedem a um balanço crítico da reflexão brasileira posterior à independência, por entender ser possível afirmar, “em virtude da indagação histórica”, que, nos três séculos anteriores, “nem um só livro, dedicado às investigações filosóficas, saiu da pena de um brasileiro”, afirmação precipitada, que os estudos posteriores revelaram não ser correcta.

Também Lopes Praça, ao procurar “conhecer o espírito geral da Filosofia Portuguesa” (LOPES PRAÇA, 1974, p. 133), iniciou a sua investigação histórica com a independência nacional, sem, contudo, diversamente do que viria a fazer o seu homólogo brasileiro, justificar essa opção, nem se pronunciar ou avaliar a existência ou o valor de qualquer produção filosófica no território que, depois, seria português, atitude que iria manter-se em quase todos os seus sucessores até meados da centúria finda, tal como, do outro lado do Atlântico, só a partir de 1930³ se começaria a atender, devidamente, a obras e autores dos séculos XVII e XVIII, trabalho que se acha longe de estar concluído.

Como no rosto da obra se esclarecia, a *História* do jovem bacharel em Direito, além de se ocupar dos “filósofos portugueses desde o começo da monarquia até ao sr. Silvestre Pinheiro Ferreira”, compreendia, outras duas partes, dedicadas, a primeira, à “Filosofia nas nossas escolas desde o começo da monarquia até 1844”, data da reforma do ensino realizada no cabralismo, e, a segunda, a traçar um “ligeiro esboço do movimento geral da Filosofia desde a Idade Média até o fim do séc. XVIII”, justificada, esta última, pela expressa intenção do autor de relacionar a história da Filosofia no nosso país com “o movimento geral da Filosofia” enunciada no próprio título da obra.

2. A História da Filosofia

Entendendo que “a História da Filosofia ter por objeto expor e criticar as tentativas do espírito humano em ordem a resolver todos os problemas que se têm ventilado, através, dos séculos, nos domínios da Filosofia”, o jovem Lopes Praça justificava o seu trabalho pela inexistência, no final da década de 60 do século XIX, de qualquer História da Filosofia Racional no nosso país, notando, modestamente, que o título que dera ao seu livro correspondia mais do que “desejava” que ele fosse e não ao que realmente era: apenas alguns estudos históricos, redigidos segundo um sistema que pensava ser acertado (LOPES PRAÇA, 1974, p. VIII).

A importância decisiva que o moço historiador das nossas ideias filosóficas atribuía aos estabelecimentos de ensino levava-o a assentar a sua periodização, não nas correntes ou escolas filosóficas que, em cada época, haviam sido dominantes, mas no início ou termo de reinados em que ocorreram reformas significativas na universidade portuguesa. Assim, distinguia três períodos no desenvolvimento histórico da Filosofia em Portugal, o primeiro dos quais iria do começo da monarquia até D. João III, enquanto o segundo iria até D. João V e o terceiro terminaria com a morte do autor das *Preleções filosóficas* (LOPES PRAÇA, 1974, p. 29).

Relativamente a cada uma destas três épocas, cingia-se Lopes Praça a traçar uma “notícia biográfico-crítica dos principais filósofos portugueses” do respectivo período, dedicando muito limitada atenção ao essencial do pensamento filosófico de cada um deles e ignorando as correntes ou escolas doutrinárias surgidas em cada período, bem como as relações especulativas entre os diversos pensadores.

Num estudo pioneiro como aquele, a que meteu ombros o jovem escolar de leis, natural seria que houvesse lacunas, erros ou omissões e que ficassem esquecidas algumas figuras de primeiro plano, enquanto autores relativamente secundários não deixavam de ser objeto da sua atenção. É, por exemplo, o que acontece, relativamente, ao primeiro período, com a ausência de especulativos como Santo António, Álvaro Pais ou o Infante D. Pedro e, quanto ao segundo, com a omissão de pensadores tão relevantes como Leão Hebreu, João de Barros, Jerónimo Osório, Francisco de Olanda, João de S. Tomás e Isaac Cardoso ou Samuel da Silva, quando, ao mesmo tempo, no terceiro, globalmente de menor significado, dedicava mais espaço a Verney ou Teodoro de Almeida do que o anteriormente concedido a filósofos da superior envergadura de Pedro Hispano, Francisco Sanches ou Pedro da Fonseca.

Registem-se, em contrapartida, como aspectos positivos, a inteligente leitura que o primeiro historiador da Filosofia portuguesa soube fazer do *Leal Conselheiro*, a sua compreensiva valorização das *Súmulas* de Pedro Hispano (de cuja restante obra filosófica parece não ter tido notícia), das *Instituições dialéticas* e, sobretudo, dos *Comentários à Metafísica*, de Pedro da Fonseca, bem como do significado da obra dos conimbricenses, em especial, de Manuel de Góis ou do carácter profundamente inovador da reflexão de Francisco Sanches e o relevante papel que lhe coube na criação da filosofia moderna. Refira-se, ainda, a crédito do moço historiador, a sua atitude equânime perante à ação filosófica e educativa da Companhia de Jesus e o aristotelismo, assim como a sua lúcida e isenta compreensão do significado da renovação cultural levada a cabo durante a primeira metade de Setecentos, ainda hoje, muitas vezes, injustamente desvalorizada em confronto com o filosoficamente mais pobre período pombalino.

Seria, precisamente, a reflexão filosófica portuguesa do séc. XVIII que, duas décadas após a publicação da obra fundamental de Lopes Praça, iria merecer desenvolvida consideração historiográfica e interpretativa por parte de um seu companheiro de geração e seu contemporâneo na Faculdade de Direito de Coimbra, José de Arriaga (1848-1921), que daquela demoradamente se ocupou, a propósito do “movimento intelectual” no primeiro volume da sua *História da revolução portuguesa de 1820*⁴.

Aí o erudito historiador açoriano, de clara filiação positivista, deteve-se a esboçar os traços essenciais da contribuição especulativa de autores como Jacob de Castro Sarmiento, o oratoriano

João Baptista e a sua defesa de Aristóteles, Verney e a sua atenção à “filosofia experimental, prática e positiva de Aristóteles, Bacon e Newton”, Teodoro de Almeida e o papel vulgarizador da filosofia e da ciência desempenhado pela sua *Recreação filosófica*, cujo conteúdo fornece demorada notícia, e António Soares Barbosa, de que analisa, com detenção, o *Tratado elementar de Filosofia Moral*, não deixando, ainda, de aludir, com brevidade, a Inácio Monteiro e a Silvestre Pinheiro.

Dois anos após a edição da obra do historiador açoriano, o padre tomista, Manuel José Martins Capela (1842-1925), em cinco números da efêmera revista quinzenal bracarense *Escólio*, de que foi, praticamente, o único redator, publicou um estudo, de três dezenas de páginas, intitulado “Filosofia em Portugal. Traços histórico-críticos” (CAPELA, 1888, n. 1-5), no qual procurou apresentar um breve panorama histórico da reflexão filosófica portuguesa, dando especial destaque ao lugar que nela ocupou e ao papel que nela desempenhou a tradição aristotélico-tomista.

Diversamente do que, vinte anos antes fizera o seu antigo condiscípulo no Curso teológico do Seminário de Braga, na sua *História da Filosofia em Portugal*, Martins Capela iniciou o seu meritório estudo pela consideração da obra reflexiva de São Martinho de Dume e de São Frutuoso, não esquecendo, igualmente, a significativa ação cultural das escolas conventuais e dando, depois, o devido destaque a filósofos como Pedro Hispano, António de Gouveia e Francisco Sanches, mas omitindo, como aquele, figuras como Santo António ou Leão Hebreu e centrando a sua atenção na obra dos Conimbricenses e Eborenses, pondo especial ênfase em Pedro da Fonseca, Manuel de Góis, Sebastião do Couto, Baltazar Teles e António Cordeiro, não esquecendo o tomista João de São Tomás.

Outro ponto em que o professor minhoto diverge do seu companheiro de juventude é no modo como avalia o significado de autores como João Baptista, Verney, Teodoro de Almeida e Silvestre Pinheiro Ferreira, bem como o legado pombalino em matéria de ensino filosófico.

Aspecto inovador, no trabalho de Martins Capela, é, ainda, a atenção que dedica a alguns compêndios de Filosofia do ensino liceal (A. Costa e Almeida, Pinheiro de Almeida e Manuel da Conceição Barros) e a notícia sobre a presença da filosofia tomista na docência filosófica dos seminários portugueses na data em que escreve⁵.

A orientação e o propósito do professor bracarense vão ser continuados, um decénio mais tarde, por Manuel Ferreira Deusdado (1858-1918), em dois estudos (cujo conteúdo é, em boa parte, coincidente) que, de certo modo, vinham completar a obra pioneira de Lopes Praça, ao procurar traçar um panorama da reflexão filosófica portuguesa desde o período medieval⁶ até ao final do séc. XIX, com especial incidência na sua segunda metade⁷.

Do primeiro destes estudos, centrado, como o de Martins Capela, na presença da filosofia tomista em Portugal ao longo da história do nosso pensamento, há que destacar a menção a alguns autores que Lopes Praça não referia, como é o caso de João de S. Tomás, Isaac Cardoso, Uriel da Costa, Francisco de Santo Agostinho de Macedo, Manuel Álvares ou José Mayne, ao mesmo tempo que Santo António, Álvaro Pais, o infante D. Pedro, Leão Hebreu, Francisco de Olanda ou Jerónimo Osório continuam a ser ignorados.

De maior interesse informativo se reveste o “Esboço histórico da Filosofia em Portugal no século XIX” que, no entanto, traz a marca do pedagogo que, acima de tudo, Deusdado era. Daí que, ao mesmo tempo que nenhuma menção aqui se encontre a filósofos da envergadura de Cunha Seixas ou Bruno, enquanto Vicente Ferrer Neto Paiva, Joaquim Maria da Silva, Moniz Barreto ou Domingos Tarroso são objeto de alguma atenção, ainda que breve, o mesmo acontecendo com o movimento positivista português (Teófilo, Teixeira Bastos, M. Emídio Garcia), a maior parte deste estudo, como acontecia já com o anteriormente referido, é dedicada aos compêndios de Filosofia para o ensino liceal publicadas durante a segunda metade de Oitocentos.

Os aspectos mais interessantes destes dois estudos de Ferreira Deusdado vêm a ser a atenção neles conferida ao, então, nascente movimento neo-tomista português (Xavier Rondina, Tiago Sinibaldi, Clemente de Carvalho, Bernardo A. Madureira e Martins Capela) e as menções a alguns autores brasileiros, como Miguel Lemos, Sílvio Romero ou Soriano de Sousa ou à crítica de Sena Freitas ao positivismo brasileiro, omitindo, contudo, a mais relevante que Antero dirigira ao brasileiro Viana de Lima em *A filosofia da natureza dos naturalistas*.

Um quarto de século mais tarde, António Ferrão (1884-1961) dedicou também um esboço ao pensamento filosófico português do séc. XIX, mais extenso e aprofundado do que o de Ferreira Deusdado mas seguindo idêntico critério e enfermando de idênticas lacunas (FERRÃO, 1924, pp. 19-80).

Procurando, como Lopes Praça fizera, relacionar o pensamento filosófico português do séc. XIX com a filosofia europeia do mesmo período, o operoso historiador segue, na sua exposição, a ordem cronológica da publicação da primeira obra de cada um dos autores de que se ocupa, começando por Silvestre Pinheiro Ferreira, que entende não ser “um pensador criador de sistemas ou doutrinas de filosofia, mas um vulgarizador muito sabedor, muito erudito, e dispondo duma inteligência mais metódica do que crítica”, juízo negativo e redutor que a historiografia posterior, tanto portuguesa como brasileira, se encarregou de corrigir.

Entre os outros autores considerados figuram José Agostinho de Macedo, Amorim Viana, Joaquim Maria da Silva, Antero, Lopes Praça, Cunha Seixas, Teófilo e Bruno, sendo concedida particular atenção às obras apresentadas nos concursos para professor das cadeiras filosóficas do Curso Superior de Letras (Silva Ferraz, Almada e Lencastre, Sousa Lobo e Jaime Moniz) e aos principais autores de compêndios para o ensino liceal de filosofia, de que Deusdado se ocupara já. Tal como este, não considera escolas ou correntes doutrinárias, referindo-se, apenas, episodicamente, ao *criticismo*, ao *positivismo* e ao *evolucionismo*, mas ignorando o *espiritualismo*, o *krausismo* e o *neo-tomismo*, e não fazendo qualquer menção a Vicente Ferrer Neto Paiva e a J.M. Rodrigues de Brito nem a Sinibaldi, Sena Freitas ou Martins Capela, bem como às obras mais relevantes dos filósofos mais significativos, de que apenas refere textos juvenis. Assim, por exemplo, no que toca a Amorim Viana, dá destaque aos artigos publicados em *A Península* ou ao *Programa para um curso de Moral*, só em nota aludindo à *Defesa do racionalismo*, e, relativamente, a Antero, ignora as *Tendências gerais da filosofia*, mencionando unicamente o artigo *Arte e verdade*, enquanto, no que respeita a Cunha Seixas, se detém, apenas, em *A Fénix ou a imortalidade da alma*, e, a propósito de Bruno, se limita a considerar a sua juvenil *Análise da crença cristã*, nenhuma referência fazendo a obras como *O Brasil mental*, *A ideia de Deus* ou *O Encoberto*.

Bem mais importante e significativa foi, por essa mesma época, a contribuição de Fidelino de Figueiredo (1889-1967) no estudo intitulado *Para a história da Filosofia em Portugal* (subsídio bibliográfico), publicado em 1922 (FIGUEIREDO, 1924, pp. 109-173), no qual não deixou de prestar a sua homenagem ao trabalho pioneiro de Lopes Praça, que “não se dignou de empreender uma crónica do pensamento filosófico lusitano, em tempo em que o espírito nacional [...] enveredava pela senda desdenhosa do cosmopolitismo hiper crítico”, em nome do qual “se desdenharam muitos valores da cultura portuguesa, que urge recolher e revigorar”, ao lado do qual lembrava Ferreira Deusdado, “nobre espírito injustamente esquecido” que, trinta anos depois, dera continuidade ao trabalho iniciado por aquele, apresentando “um escorço do tomismo em Portugal e da filosofia do século XIX”, esquecendo, no entanto, José de Arriaga.

Por reconhecer a necessidade de inventariar e estudar a bibliografia filosófica portuguesa, decidia o notável ensaísta e investigador proceder ao “trabalho inglório de resumir o ensaio bibliográfico” que ali publicara, completando o que, relativamente, a história e ensino da história, realizara um decénio antes e no qual incluíra os trabalhos de Filosofia da História de autores portugueses (Cunha Seixas, Teófilo, Silva Cordeiro, Oliveira Martins ou Vieira de Almeida)⁸.

Informava Fidelino de Figueiredo que, no inventário bibliográfico a que procedera, abrangera não só os vários domínios filosóficos (psicologia lógica, moral, metafísica e estética), como outros afins, como as investigações experimentais de psicologia, relações das ciências com os vários capítulos da filosofia, relações da teologia com a filosofia, ensino da filosofia, cabala, sociologia, mas excluía, “naturalmente, quanto dizia respeito a ocultismo, iluminismo, espiritismo e teosofia”, por os reputar “aberrações do pensamento”.

Quanto aos sermões de Santo António – que incluía na sua bibliografia filosófica portuguesa – considerava serem eles “mais do domínio da apologética do que da filosofia”, entendimento, que, alguns anos depois, seria, decididamente contrariada por Joaquim de Carvalho⁹, mas mantido, ainda, um quarto de século mais tarde, por Lothar Thomas¹⁰ e Delfim Santos¹¹ e hoje definitivamente abandonado.

O muito meritório trabalho de Fidelino de Figueiredo, do mesmo passo que reconhecia como figuras maiores do pensamento português Pedro Hispano, Francisco Sanches, António de Gouveia, Leão Hebreu e Pedro da Fonseca, supria diversas lacunas ou omissões de que padeciam as investigações anteriores, como as de Alvaro Pais, Leão Hebreu, Jerónimo Osório e Samuel da Silva, ao mesmo tempo que reconhecia a valia do trabalho historiográfico de Joaquim de Carvalho e chamava a atenção para os escritos de Leonardo Coimbra, rara organização de metafísico, hoje (1922) numa fase de concentrada disciplina mental, a cujo lado surgiu um moço professor, que cremos excelentemente dotado para esse ramo da investigação, o sr. Newton de Macedo. Se continuava a ignorar Francisco de Olanda, afirmando haver sido Silvestre Pinheiro Ferreira “verdadeiramente o homem que, pela primeira vez, com vigor debateu os problemas da estética” e se, como quase vinte anos depois o faria ainda Cabral de Moncada¹², via o krausismo português limitado ao “ensino filosófico do direito”, em contrapartida, foi, depois de Bruno, o primeiro que, entre nós, atendeu à produção filosófica brasileira, apesar de afirmar não a haver incluído no seu ensaio bibliográfico por pensar “serem muito diversas as trajetórias espirituais dos dois povos depois que se separaram”.

Assim, ao mesmo tempo que como Sílvio Romero entendia, ainda, que “durante os séculos coloniais, o Brasil não enviou à metrópole qualquer achega filosófica” e não mencionava o nome de Gonçalves de Magalhães (de que, anteriormente, Lopes Praça havia citado *Os factos do espírito humano*), não deixa de referir “a obstinada perduração que, em terras brasileiras, tem tido o positivismo até sob a forma extrema de religião com uma liturgia, de que Miguel Lemos e Teixeira Mendes foram os principais paladinos”, e de aludir a Tobias Barreto, Sílvio Romero e Farias Brito, “a figura primacial do pensamento filosófico naquele país”, ou a Clóvis Bevilacqua, Jackson de Figueiredo e Leonel Franca. Lembra, de igual modo, os “dois momentos em que se estabeleceu algum contato entre a especulação dos dois países”, *A filosofia da natureza dos naturalistas*, de Antero, e *O positivismo sob o aspecto filosófico, moral, sociológico e religioso*, de Sena Freitas, esquecendo, porém, *O Brasil mental*, de Bruno, a longa vigência da manual krausista de Vicente Ferrer Neto Paiva no ensino filosófico-jurídico brasileiro (embora faça menção às *Noções de Filosofia acomodadas ao sistema de Krause*, de Galvão Bueno), bem como a profunda dependência de Pereira Barreto relativamente a Teófilo e a colaboração brasileira nas revistas do movimento positivista português, a última das quais, a *Revista de Estudos Livres*, teve Sílvio Romero como um dos seus diretores.

Partindo, embora, de pressupostos filosóficos distintos, que iam do Krausismo de Lopes Praça, do tomismo de Martins Capela ou do criticismo de Ferreira Deusdado ao positivismo de José de Arriaga e António Ferrão ou ao historicismo de Fidelino de Figueiredo, esse conjunto de investigadores abordou a história do pensamento português de uma perspectiva compreensiva, logrando evitar todos eles que as suas pessoais posições ou opções se sobrepusessem ou condicionassem uma busca serena e objetiva do sentido da obra especulativa dos autores que consideraram.

Cariz bem diverso apresenta os dois primeiros esboços de historiografia do pensamento brasileiro, limitados ao século XIX, em especial à sua segunda metade, realizados por Sílvio Romero (1851-1914) e Leonel Franca (1893-1948)¹³.

Separadas quase meio século e empreendidas quando os dois pensadores ainda não tinham atingido os trinta anos, essas duas primeiras tentativas de historiar o percurso da reflexão filosófica no Brasil, além de não terem em conta o longo período anterior à independência política do país, ignoram nomes como os de Silvestre Pinheiro Ferreira e António Pedro de Figueiredo, integram, indevidamente, Mont'Alverne entre os sequazes de Cousin, quando o pensamento do pregador franciscano foi sempre de inegável filiação sensista, ocupam-se de autores menores, alguns meros divulgadores científicos sem obra verdadeiramente filosófica, que a historiografia posterior, muito justamente, esqueceu ou a que não atribuiu importância (como é o caso de Guedes Cabral ou Araújo Ribeiro) e, acima de tudo, “em vez de procurar penetrar objetivamente na índole e no âmbito das diversas concepções, assumiram a atitude militante de quem opõe ideias pessoais (o evolucionismo de Sílvio ou o tomismo de Leonel Franca) às de outrem”, pelo que as suas opiniões histórico-filosóficas, em vez de “exprimirem, rigorosamente, a assimilação crítica do pensamento alheio, vêm a consistir “numa ofensiva militante”¹⁴.

Mas, enquanto o especulativo inaciano procura dar uma ideia dos aspectos mais característicos do pensamento ou da posição filosófica de cada autor que considera, antes de o sujeitar a uma crítica baseada na sua crença de que só há uma Filosofia verdadeira, perene e progressiva, que é a do tomismo que perfilha, o polígrafo sergipano dispensa-se de expor as ideias definidoras do pensamento da dezena de autores que selecionou como dignos de atenção, referindo-se apenas a uma única obra de cada um deles e isolando nela um ponto ou um aspecto, que sujeita a uma crítica demolidora, não raro inócua, a partir das teses evolucionistas que, na altura, perfilhava.

Aspecto, igualmente, comum aos dois primeiros historiadores do pensamento filosófico brasileiro é a de entenderem que não só os escritos filosóficos dos autores que analisam carecem de originalidade, limitando-se a refletir ideias alheias, como que não existe entre eles “continuação lógica de ideias, nem filiação genética de sistemas”, pois “um autor não é consequência de algum que o precedeu” e a ausência de escolas teria impedido a existência de “iniciadores que houvessem suscitado ou por sequência de evolução ou por contraste de reação, continuadores ou opositores” (ROMERO, 1969, p. 32).

Não obstante, quer um quer o outro não deixaram de propor uma arrumação dos autores que estudam em várias correntes diferenciadas.

Assim, o pensador nordestino, três décadas depois, afirmará ser possível distinguir três grupos nos que, no Brasil, se haviam ocupado da Filosofia: o dos meros expositores de doutrinas estranhas por eles abraçadas (Mont'Alverne, Soriano de Sousa, Pereira Barreto, Miguel Lemos e Teixeira Mendes), o dos críticos, com segura autonomia de pensamento (Escola de Recife), e os inovadores e criadores de sistema (Farias Brito), ao mesmo tempo que esboçava um “quadro sintético da Filosofia no Brasil” em que identificava nove correntes distintas, que poderiam, contudo, reconduzir-se a seis: *eclétismo*, *reação católica*, *monismo evolucionista*, *positivismo*, *evolucionismo* e *tentativas independentes* (ROMERO, 1969, pp. 69-72).

Não muito diversa, mas mais rigorosa, era a sistematização acolhida por Leonel Franca, a qual distinguia três correntes no pensamento brasileiro do séc. XIX e de início do séc. XX: *espiritualista* (em que incluía os *ecléticos*, os *ontólogos*, e *idealistas* e os *escolásticos*), *positivista* e *materialista*, dedicando um lugar autónomo ao que denominava *pampsiquismo panteísta* de Farias Brito, que não hesitava em considerar “o mais original” dos pensadores brasileiros, sem prejuízo de, em nome do seu tomismo, lhe mover diversas críticas e concluir por afirmar que, apesar do “conhecimento amplo e profundo da literatura filosófica moderna” que revelava e da “independência de espírito com que soube elevar-se acima de muitos preconceitos da filosofia moderna, a sua obra intelectual “foi falha, efémera e incompleta e a

sua vida um peregrinar incerto, amargurado e oscilante entre a dor e o desgosto” (ROMERO, 1969, pp. 322-326).

Será preciso esperar pela década de 30 do século passado para que não só a filosofia brasileira do período colonial fosse, pela primeira vez, objeto de atenção, como, ainda, para que os pensadores e correntes doutrinárias de Oitocentos fossem analisados com serena e compreensiva objetividade.

O autor deste trabalho pioneiro foi Alcides Bezerra (1891-1938), em duas conferências, proferidas, respectivamente, em 1930 e 1937.

Na primeira, em resposta direta e documentada à infundada afirmação de Sílvio Romero sobre a total inexistência de qualquer escrito filosófico produzido, no Brasil, nos sécs. XVI, XVII e XVIII, o jurista paraibano considera autores seiscentistas e setecentistas como António Vieira, Diogo Gomes Carneiro, Manuel do Desterro, Frei Manuel da Encarnação Pina, Nuno Marques Pereira, Matias Aires ou Frei Gaspar da Madre de Deus, explicando-se que não refira Feliciano de Sousa Nunes nem Tomás António Gonzaga, uma vez que os *Discursos Político-Morais* do primeiro só no ano seguinte seriam reeditados pela Academia Brasileira de Letras e o *Tratado de Direito Natural*, do segundo, se conservava, então, ainda inédito¹⁵.

Por sua vez, na segunda conferência, realizada sete anos depois, o prestimoso historiador das ideias filosóficas no Brasil deteve-se na reflexão do séc. XIX, cujo processo histórico distinguia quatro momentos fundamentais: o *ecletismo*, (em que incluía Mont’Alverne, Eduardo Ferreira França, Gonçalves de Magalhães e Morais e Vale), o *tomismo* (de que refere Soriano de Sousa e o Visconde de Saboira), o *positivismo* (em que menciona Benjamin Constant, Teixeira Mendes e Miguel Lemos) e a *Escola do Recife* (Tobias Barreto e Sílvio Romero), na qual distinguia três fases (1862-1868; 1868-1882 e 1882-1889).

Além de iniciar esta sua perspectiva da meditação brasileira oitocentista pela consideração de Frei Caneca, mas continuando a ignorar Silvestre Pinheiro Ferreira e Feijó, (que Eugénio Egas reeditara, em 1912) e a dedicar tratamento autónomo a Pereira Barreto, Alcides Bezerra ocupa-se ainda de alguns autores do início do séc. XX, como Alberto Torres e Vicente Licínio Cardoso, ao mesmo tempo que dedica valorativa atenção ao pensamento de Farias Brito¹⁶.

Se pode censurar-se ao estudioso brasileiro o excessivo lugar que, neste segundo trabalho, confere aos fenómenos políticos e sociológicos, tendo, decerto, da sua formação jurídica feita na Faculdade de Direito do Recife, deve reconhecer-se, em contrapartida, o valor pioneiro dos seus estudos, que marcam o início da maturidade da historiografia da filosofia brasileira, liberta, agora, de sectarismo ideológicos e da atitude militante de que enfermavam os anteriores esboços de Sílvio Romero e Leonel Franca.

Na mesma linha de Alcides Bezerra se insere o pequeno livro que, em 1939, o ensaísta boliviano Guillermo Francovich (1901-1990), dedicou aos *Filósofos brasileiros*, e que estes são estudados “com exação e isenção, valorando-lhes as démarches próprias, sem nenhuma intenção sectária, polémica ou apologética”¹⁷.

Em vez de, como Leonel Franca ou Alcides Bezerra, distinguir escolas ou correntes, em que se integrássemos autores considerados, Francovich preferiu seguir o modelo de Sílvio Romero, ocupando-se diretamente dos pensadores que selecionou, alargando a sua análise aos das primeiras quatro décadas do séc. XX mas, como o ensaísta sergipano, deixando de fora os dos séculos XVII e XVIII.

Assim, ocupa-se, sucessivamente, de Mont’Alverne (que, como os antecessores, continua a classificar, erroneamente, como um sequaz do ecletismo espiritualista de Cousin e não como um eclético sensista), de Gonçalves de Magalhães (que é o primeiro a valorizar devidamente, ao mesmo tempo que não dá atenção a Ferreira França nem a António Pedro de Figueiredo), de L. Pereira Barreto, Tobias Barreto, Sílvio Romero e Farias Brito, sendo o primeiro que tem em

conta o pensamento contemporâneo, dedicando demorada atenção a autores como Graça Aranha, Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima, Pontes de Miranda, Euryalo Cannabrava e Ivan Lins.

Apesar do relevante marco hermenêutico que constituem os trabalhos de Alcides Bezerra e e Guilherme Francovich, a maturidade da historiografia brasileira só começaria a ser plenamente alcançada um decénio mais tarde, com a investigação inovadora de intérpretes como Miguel Reale¹⁸, Luís Washington Vita¹⁹, João Cruz Costa²⁰, Geraldo Pinheiro Machado²¹ e, sobretudo, António Paim.

Notas

1. Editada, em Coimbra, pela Imprensa Literária. Preparada e prefaciada por Pinharanda Gomes, foi publicada, em 1974, pela Guimarães Editores, uma 2ª edição desta obra.

2. *A Filosofia no Brasil. Ensaio crítico*, Porto Alegre, Tipografia da *Deutsche Zeitung*, 1878, datado de Julho de 1876 pelo autor, na “Nota inicial”.

3. Alcides Bezerra, “A filosofia na fase colonial”, conferência feita na Sociedade Brasileira de Filosofia, em 24 de Julho de 1930.

4. *História da revolução portuguesa de 1820*, vol. I, Lisboa, 1886, livro II, cap. III, pp. 331-453. Este capítulo foi objecto de reedição autónoma, em 1980, por Guimarães Editores, com prefácio e notas de Pinharanda Gomes.

5. Cfr. J. M. da Cruz Pontes, “Martins Capela e o renascimento tomista em Portugal”, *Rev. Port. Fil.* tomo XXXII, fasc. 1, Jan-Março 1976 e “Martins Capela. O escritor e o professor de filosofia tomista através das notas inéditas do seu *Diário*”, Bracara Augusta, tomo XXXI, fasc. 71-72, Jan-Dez. 1977.

6. *La Philosophie Thomiste en Portugal. Notes pour servir a l’histoire de la philosophie en Portugal*, Lovaina, Inst. Supérieur de Philosophie, 1898. Deste estudo há trad. portuguesa, realizada e anotada por Pinharanda Gomes, Porto, Lello & Irmão, 1978, com o título *A Filosofia Tomista em Portugal*.

7. “Esboço histórico da Filosofia em Portugal no séc. XIX”, nos *Princípios gerais de Filosofia*, de J. M. Cunha Seixas, Lisboa, Imprensa Lucas, 1898.

8. *O espírito histórico*, Lisboa, 1910, Justificava o autor ausência de trabalhos de autores brasileiros naquela bibliografia pelo “estado actual das bibliotecas de Portugal e pelo das relações deste país com o Brasil” (prefácio à 3ª ed., Lisboa, 1920).

9. “Desenvolvimento da Filosofia em Portugal durante a Idade Média”, *O Instituto*, vol. 75, nº 1, Coimbra, 1927.

10. *Contribuição para a História da filosofia portuguesa*, trad. port. António José Brandão, Lisboa, 1944.

11. “O pensamento filosófico em Portugal”, *Portugal*, S. N. I., Lisboa, 1946.

12. *Subsídios para a história da Filosofia do Direito em Portugal (1772-1911)*, Coimbra, 1938.

13. “A Filosofia no Brasil”, VII parte das *Noções de História da Filosofia* (1918), nela integrada a partir da 2ª ed. (1921). Nas edições desta obra, posteriores a 1963, passou a figurar, como complemento desta VII parte, o artigo de Henrique Lima Vaz “O pensamento filosófico no Brasil de hoje”, publicado na *Rev. Port. Fil.*, tomo XVII, fasc. 3-4, Jul-Dez. 1961, pp. 235-273.

14. Estas palavras com que Joaquim de Carvalho, em 1947, caracterizou a análise que Oliveira Martins fez da filosofia grega em *O helenismo e a civilização cristã*, publicado no mesmo ano de *A filosofia no Brasil*, de Sílvio Romero, aplicam-se, como uma luva, à obra dos dois autores brasileiros. “Evolução da historiografia filosófica em Portugal até fins do século XIX”, *Biblos*, vol. XXII, Coimbra, 1947.
15. “A Filosofia na fase colonial”, conferência feita na Sociedade Brasileira de Filosofia, em 24 de Julho de 1930, incluída em *Achegas à História da Filosofia*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1936.
16. “A Filosofia no Brasil do séc. XIX”, conferência proferida em Montendeu, no Museu Pedagógico, em 24 de Novembro de 1937 (SOUSA, 1981, pp. 69-86).
17. *Filósofos brasileiros*, trad. port. de Nísia Nóbrega de *Filósofos brasileiros*, prefaciado por Gerardo Dantas Barreto, Rio de Janeiro, Presença Edições, 1979.
18. *A doutrina de Kant no Brasil*, São Paulo, 1949, *Filosofia em São Paulo*, id., 1962 e *Estudos de Filosofia Brasileira*, Lisboa, 1994.
19. *A Filosofia no Brasil*, São Paulo, 1950, *Escorço da Filosofia no Brasil*, Coimbra, 1964 e *Panorama da Filosofia no Brasil*, Porto Alegre, 1969.
20. *Contribuição à História das ideias no Brasil*, Rio de Janeiro, 1956 e *Panorama da História da Filosofia no Brasil*, São Paulo, 1960.
21. *A Filosofia no Brasil*, São Paulo, 1963.
22. *A Filosofia da Escola do Recife*, Rio de Janeiro, 1966, *História das ideias filosóficas no Brasil*, São Paulo, 1967, *Problemática do culturalismo*, Rio de Janeiro, 1977, *O estudo do pensamento filosófico brasileiro*, Lisboa, 1991, e *Estudos complementares à História das ideias filosóficas no Brasil*, Londrina, 1996-2002.

Referências bibliográficas

- ARRIAGA, José de. **História da revolução portuguesa de 1820**. vol. I, Lisboa, 1886.
- CAPELA, Manuel José Martins. **Escólio**. nºs 1 a 5, de 30 de Março a 30 de Maio de 1888.
- CARVALHO, Joaquim de. *Desenvolvimento da Filosofia em Portugal durante a Idade Média*. **O Instituto**. vol. 75, nº 1, Coimbra, 1927.
- Ferrão, António. **António Cândido como pensador**. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924 (cap. II: “O século XIX filosófico em Portugal”).
- FIGUEREIRO, Fidelino de. *Revista de História*, vol XI, Lisboa, 1922, incluindo, depois, na 4ª série (1921-1922) dos seus **Estudos de Literatura**. Lisboa, Portugália Livraria Editora, 1924.
- FIGUEREIRO, Fidelino de. **O espírito histórico**. Lisboa, 1910/ 1920 (3ª edição).
- FRANCA, Leonel. *A Filosofia no Brasil*, VII parte das *Noções de História da Filosofia* (1918), nela integrada a partir da 2ª ed. (1921).

- FRANCOVICH, Guillermo. **Filósofos brasileiros**. trad. port. de Nísia Nóbrega de *Filósofos brasileiros*, prefaciado por Gerardo Dantas Barreto, Rio de Janeiro, Presença Edições, 1979.
- GOMES, Pinharanda. **A Filosofia Tomista em Portugal**. Porto, Lello & Irmão, 1978.
- LOPES PRAÇA, José Joaquim. **História da Filosofia em Portugal nas suas relações com o movimento geral da Filosofia**. Lisboa, Guimarães Ed., 1974 (2ª).
- MONCADA, Cabral de. **Subsídios para a história da Filosofia do Direito em Portugal (1772-1911)**, Coimbra, 1938.
- PONTES, J. M. da Cruz. *Martins Capela e o renascimento tomista em Portugal*, **Rev. Port. Fil.** tomo XXXII, fasc. 1, Jan-Março 1976.
- PONTES, J. M. da Cruz, “Martins Capela. O escritor e o professor de filosofia tomista através das notas inéditas do seu *Diário*”, *Bracara Augusta*, tomo XXXI, fasc. 71-72, Jan-Dez. 1977.
- ROMERO, Sílvio. **A Filosofia no Brasil. Ensaio crítico, Porto Alegre, Tipografia da Deutsche Zeitung**. 1878.
- ROMERO, Sílvio. **Obra Filosófica**. Org. Luís Washington Vita, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora/Editora da Universidade de São Paulo, 1969.
- SANTOS, Delfim. **O pensamento filosófico em Portugal**. Portugal, S. N. I., Lisboa, 1946.
- SEIXAS, de J. M. Cunha. **Princípios gerais de Filosofia**. Lisboa, Imprensa Lucas, 1898.
- SOUSA, Francisco Martins de. **O culturalismo sociológico de Alcides Bezerra**. São Paulo, Ed. Convívio, 1981.
- THOMAS, Lothar. **Contribuição para a História da filosofia portuguesa**. trad. port. António José Brandão, Lisboa, 1944.

Abstract:

We will speak in our text about the first attempts to trace the historical course of philosophical activity in Portugal and Brazil, starting with two names: José Joaquim Lopes Praça and Sílvio Romero.

Keywords: Historiography of Portuguese and Brazilian philosophies, José Joaquim Lopes Praça and Sílvio Romero